

AJUSTAMENTO À PORTUGUESA (I)

Diz-se que estamos pior que no início do Programa da TROIKA. Tal teria sempre que acontecer, qualquer que fosse o ajustamento, pois nós tínhamos excesso de despesa pública em relação às receitas (défice público) e os portugueses consumiam mais do que produziam (défice externo). Há três anos vivíamos artificialmente melhor do que agora, porque vivíamos a crédito!

O que interessa pois é discutir a qualidade do ajustamento para ver se ele nos deu condições estruturais para um crescimento sustentável.

Na oposição, Passos Coelho e o seu porta-voz Catroga prometiam que iam acabar com a lógica dos PEC's. Ia terminar a austeridade para as empresas e famílias e começar a sério a austeridade para o Estado, com a redução drástica das gorduras do Estado, a supressão do Estado paralelo e a extinção dos organismos públicos socialmente inúteis.

Ganhas as eleições, Catroga preferiu part-times mais simpáticos e entrou em cena Gaspar como Primeiro-ministro em exercício que, ao contrário do prometido, se limitou a aumentar brutalmente impostos, a cortar horizontalmente vencimentos no Estado e pensões dos regimes contributivos. Para isto não era preciso um Ronaldo da macroeconomia, até este modesto soldado da infantaria cavaquista, para citar Pires de Lima, sabia fazer! Continuou-se pois a PECar!

Esses cortes verticais no Estado pouparam os indiferenciados de salários mais baixos, mas que ganham mais que no sector privado, e atingiram os quadros técnicos e a Alta Administração que o país necessita!

Ficámos assim com um Estado mais desmotivado e incompetente e foram postas gravemente em causa quer a confiança nos sistemas contributivos de Segurança Social quer a solidariedade intergeracional. Vamos pagar isto tudo com língua de pau!

Não foi feita a Reforma do Estado com cortes verticais e selectivos. Para o fazer era preciso liderança política, visão estratégica e capacidade de gestão. Não tivemos um CEO e um CFO para fazer o "turnaround" do Portugal SA! Isto não se resolve com teóricos da economia...

O monstro público não foi cortado fisicamente, apenas reprimido pelos salários e pensões, e os privilégios, designadamente do monstro eléctrico, ou seja do lóbi eólico e dos CMEC's da EDP, ficaram chocantemente intactos!

O ajustamento foi pois de má qualidade, mais pela receita que pela despesa, socialmente injusto, economicamente ineficiente e financeiramente não sustentável pois com um cheirinho de retoma o monstro público reaparece em todo o esplendor!

A única austeridade expansionista em que acredito era um corte a sério no monstro público. Tinha à mesma efeitos recessivos mas começaria a recuperação com um nível de despesa pública muito mais baixo. Infelizmente, não voltará a haver condições políticas tão favoráveis...

